



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

Deolindo de Barros

IMAGINAR UMA “COLÔNIA DE POVOAMENTO” NO ÂMBITO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

IMAGINE A “SETTLER COLONY” IN THE CONTEXT OF PORTUGUESE COLONIZATION

RESUMO: É uma pesquisa de natureza diagnóstica, exploratória e qualitativa, com aporte no campo das ciências humanas, sociais e econômicas, bem como da literatura. Ressalte-se que os primeiros trabalhos que debruçaram sobre a constituição da nação crioula, mestiça, assimilada/ocidentalizada e arquipelágica cabo-verdiana, assim como a identidade desse povo ilhéu, começaram a surgir no campo literário. Em linhas gerais, o trabalho visa problematizar se houve ou não uma “colônia de povoamento” no contexto colonial português, e se Cabo Verde poderia ser enquadrada neste modelo, fazendo uso basicamente da literatura produzida por cabo-verdianos e lusos sobre a história e a formação étnico-identitária e cultural do país ilhéu. Em termos cronológicos, focaliza-se mais no chamado terceiro império português (1822-1975/99), ciclo no qual a África torna-se o pólo do referido colonialismo (1890-1975).

PALAVRAS-CHAVE: Império Colonial Português; “Colonização de povoamento”; Colonização de Escravidão; Cabo Verde.

ABSTRACT: This is diagnostic, exploratory and qualitative research, drawing on the humanities, social and economic sciences, as well as literature. It should be noted that the first works to look at the constitution of the Creole, mestizo, assimilated/Westernised and archipelagic Cape Verdean nation, as well as the identity of this island people, began to emerge in the literary field. In general terms, the work aims to problematise whether or not there was a "settlement colony" in the Portuguese colonial context, and whether Cape Verde could be included in this model, basically using the literature produced by Cape Verdeans and Portuguese on the history and ethnic-identity and cultural formation of the island country. In chronological terms, the focus is more on the so-called third Portuguese empire (1822-1975/99), a cycle in which Africa became the centre of this colonialism (1890-1975).

KEY WORDS: Portuguese Colonial Empire; “Colonization of population”; Colonization of Slavery; Cape Verde.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

IMAGINAR UMA “COLÔNIA DE POVOAMENTO” NO ÂMBITO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Deolindo de Barros ¹

Introdução

Como já assinalamos no resumo, a pesquisa é de natureza mais exploratória e diagnóstica, problematizando algumas questões, dúvidas e debates ainda reinantes no que tange à longa e complexa colonização portuguesa, mais concretamente levantar e debater esse ponto de que se haveria ou não uma “colônia de povoamento” no contexto do Império Colonial Português. Ou seja, se poderia Cabo Verde ser um exemplo aproximado ou um caso equiparável nesse sentido, já que *a priori* ou empiricamente não se identifica de pronto uma “colônia de ocupação” estabelecida pela colonização lusa.

A literatura costuma assinalar que o Império Português ou o Império Colonial Português não apenas traduz-se no primevo império planetário da história, como igualmente o mais longo dos impérios coloniais da Europa moderna, encerrando aproximadamente seis centúrias de história, a iniciar em 1415 com a conquista de Ceuta (Marrocos) até o seu término em 1999 com a entrega do Macau à República Popular da China. Regra geral divide-se em três grandes ciclos, a saber: Primeiro Império (1415-1580), fase de “descobertas” e disseminação no continente africano e no Oriente; Segundo Império (1580-1822), momento em que Brasil ganha destaque, dado que o Oriente deixou de ser importante; e o Terceiro Império (1822-1975), em que África vira por assim dizer o único e derradeiro ponto do colonialismo luso, pontuando aqui a independência do Brasil visto como o baluarte do Império Português. Dos finais dos anos 1970 até o final do decênio de 1990, houve apenas os chamados restos do Império, com o domínio chinês sobre Macau a partir de 1999. E como já indicamos inicialmente, o nosso foco vai ser mais no terceiro império português.

Ao longo do trabalho vamos ter a oportunidade de demonstrar que entre todos os territórios coloniais portugueses, Cabo Verde indubitavelmente apresenta algumas especificidades, quiçá não sendo suficientes num primeiro momento para assegurar a sua condição de “colônia de povoamento” de Portugal ou mais ainda de única “colônia de ocupação” do mesmo, se é que podemos dar estofos e ossatura à nossa análise e/ou tese, sustentando de fato um feito colonial português nesse sentido, da forma como podemos naturalmente observar nos casos dos colonialismos britânico e francês.

¹ Professor adjunto dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Relações Internacionais da UNILAB (Campus dos Malês) deolindo@unilab.edu.br

Na condição de território “descoberto” inicialmente sem a constatação da presença humana (1460), imediatamente a iniciar-se o processo de povoamento (1462), situado mais ou menos na região periférica da Europa à semelhança das suas “congêneres” Açores e Madeira, território atlântico, ilhéu e arquipelágico na encruzilhada dos três continentes – Europa, África e Américas -, sendo assim muitas vezes servindo de ponto estratégico de escala a navios e navegantes durante todo o período de descobrimentos, aventuras e expansão do Império Português rumo ao Oriente e ao Novo Mundo. Tendo desempenhado de forma intensa a função de entreposto comercial de escravizados africanos, fator esse que levou-lhe à condição de laboratório ensaístico de humanos, animais e vegetais posteriormente transportados e transplantados nos mais diversos pontos do globo sob o domínio colonial luso etc., seguramente temos aqui elementos e pistas que explicarão o interesse um tanto preferencial da metrópole por essa colônia ao menos por um longo período de tempo e a tentativa dela fazer uma colônia “modelo” para outras colônias.

Além dos fatores sobreditos, a pontuar fatores externos e já dados pelas condições naturais, geoestratégicas, demográficas, econômico-políticas também, que seguramente determinarão o processo colonial interno de Cabo Verde, veremos no decorrer do trabalho como igualmente fatores e determinantes internos em princípio propiciaram condições para que ao menos formal e nominalmente essa colônia tenha alguma particularidade no âmbito colonial lusitano. Quanto à hipótese, diríamos que o império colonial português não chegou a instituir uma “colônia de povoamento” propriamente dita, em princípio algo que apresente alguns aspectos e traços similares aos de uma “colônia de ocupação”.

No que tange à parte formal do texto, ele é composto essencialmente por dois tópicos. O primeiro debruça-se sobre a problemática do que seriam “colônia de povoamento” e colônia de escravidão, a limitar-se apenas nas observações gerais, sem a pretensão de esmiuçar e esgotar o assunto. O segundo item abordará diretamente a questão de existir ou não uma “colônia de ocupação” de Portugal, e se o caso cabo-verdiano poderia ser ou não ilustrativo disso. De frisar que o trabalho é de teor qualitativo, a restringir-se essencialmente ao levantamento da bibliografia e análise documental.

“Colônia de povoamento” e colônia de escravidão: observações gerais

A ideia aqui é tentar enquadrar cada vez mais o nosso objeto de estudo e embasar o nosso problema de pesquisa, assim trazendo um panorama geral do que seria uma “colônia de povoamento”/“colônia de ocupação” e o que seria uma colônia de escravidão, a basear-se não

apenas no texto *opus magnum* do intérprete brasileiro Caio Prado Júnior, *A formação do Brasil contemporâneo*, entre outras abordagens:

Os processos de colonização apresentam duas características comuns evidentes: a desigualdade da relação entre país colonizador (que domina/submete) e o país colonizado (dominado/submetido), e a descontinuidade territorial e cultural entre os dois grupos em presença. Para o indígena ou o colonizado, o colonizador é um estranho, um estrangeiro, um usurpador, um dominador, mesmo se essa generalização teórica não reflete as múltiplas variáveis históricas, a diversidade dos agentes envolvidos, as estratégias de “cumplicidade” dos povos colonizados (HENRIQUES, 2014, p. 48 – 49).

Podemos assinalar que a colonização de ocupação é um tipo focado na ocupação do território; em termos históricos, é um tipo de Estado nacional que leva a cabo tal tipo de colonização, transferindo os seus habitantes a um certo território do além-mar na tentativa de manter presença constante e independente, e ali fazer florescer uma sociedade viável do ponto de vista econômico, em que a agricultura e o comércio, regra geral, são os setores essenciais; é um modelo de colonização diverso daquele apoiado na escravidão, feitoria, etc.

Diversos Estados europeus na verdade implementaram políticas coloniais desde os limiares da Modernidade, desencadeando concorrência entre os mesmos por territórios extra-europeus, ou seja, para instituir colônias nos continentes americano, asiático, africano e oceânico; destarte, as primárias colônias de povoamento europeu podem ser encontradas no chamado *Novo Mundo*, notadamente nos EUA e Canadá; a Oceânia na sua totalidade, obviamente os casos da Austrália e Nova Zelândia, e no continente asiático pode-se assinalar os casos de Hong Kong, Taiwan, Singapura, Macau, etc. Por seu turno, no continente africano pode ser difícil apontar uma situação concreta de colônia de povoamento; esse tipo de colonização pode ser mais brando do que o modelo voltado à escravidão, mas nem por isso destituído de pontos em que estão presentes aspectos voltados ao genocídio/etnocídio, naturalmente com subalternização e deslocamento de populações originárias.

Em princípio, as Treze Colônias Britânicas, atualmente unidades da federação dos EUA, a saber, Virgínia, Nova Iorque, Massachusetts, Maryland, Rhode Island, Connecticut, New Hampshire, Delaware, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Nova Jérsei, Pensilvânia, Geórgia e o Canadá são dos primevos e exitosos casos de colônias de ocupação; a Inglaterra não conseguiu estabelecer sociedades rentáveis ao mercantilismo nessas colônias, praticamente abandonando-as, haja vista que as mesmas não eram ricas em metais preciosos (ouro, prata etc.) nem vocacionadas à agricultura de produtos tropicais; isso conferiu muitas liberdades aos colonos, de modo que esse regime é chamado de “negligência salutar”.

Quanto aos aspectos gerais da “colonização de ocupação”, sobressaem-se os seguintes: a) o sistema latifundiário não era facilitado, pois eram pequenas e médias as propriedades mais importantes; graças a “negligência salutar”, os colonos tornaram-se proprietários e fazendeiros, administrando os seus próprios negócios, o que proporcionou-lhes vantagens econômicas; b) havia liberdade trabalhista, em que os colonos eram livres, ou seja, nem servos nem escravizados, e o resultado disso é a crença de que só é livre quem administra o seu próprio negócio, memória viva em muitos ianques hodiernos; c) o mercado interno era (e é) o foco da produção, com uma agricultura diversificada (policultura), e desenvolvimento de indústrias (produtos manufaturados); d) havia muita autossuficiência e liberdade comercial nas colônias de ocupação, com extensa permissão econômica e ausência de monopolização do comércio, de sorte que pode-se dizer que não foram colônias propriamente ditas; e) na dimensão política, havia elevada autodeterminação, com assembleias escolhidas, isto é, um tipo de autogoverno.

No caso brasileiro, Colônia do Santíssimo Sacramento (hoje Uruguaí), Santa Catarina e Rio Grande do Sul podem ser considerados territórios onde houve a “colonização de povoamento”. Porém, como bem pontua Prado Júnior (2011) [1942], no âmago da formação nacional da economia e sociedade brasileiras nota-se como num primeiro momento a colônia nada mais era do que mera fornecedora de tabaco, açúcar, etc., para num segundo ciclo dedicar-se à produção de ouro e diamantes, e, mais tarde, algodão e café para o abastecimento do mercado europeu, sem, no entanto, se preocupar com a preservação de seus próprios interesses internos. No concernente à colonização de exploração/escravidão, a terra era usada com a finalidade de proporcionar lucros à metrópole, e tal tipo de colonização teve lugar mais nas Américas espanholas e portuguesas, baseando suas economias no extrativismo (metais) e geração de produtos agrícolas, com o intuito de fornecer matérias-primas à Europa:

...as colonizações levadas a cabo pelos europeus apresentam sempre uma articulação íntima em três planos essenciais à concretização da operação colonizadora: o econômico (o colonizador procura um enriquecimento rápido explorando os homens e as terras colonizados); o ideológico (o colonizador necessita de uma legitimação para os seus atos – a “salvação” dos colonizados, primeiro através da propagação do cristianismo, depois da “missão civilizadora” que só pode emanar de seres superiores, como o prova a ciência europeia); e o plano político, que se manifesta através da organização de uma panóplia de instrumentos administrativos, legislativos, judiciais indispensáveis à dominação do território e de suas populações, e que pretende também sublinhar o poder do colonizador, a sua hegemonia, como um objetivo autônomo, sendo a dominação dos espaços colonizados a prova/conseqüência e não a causa, da força da nação colonizadora. (HENRIQUES, 2014, p. 49).

O Pacto Colonial/Exclusivo Comercial Metropolitano, em que tais colônias tinham que seguir as diretrizes desse Pacto, somente estabelecendo transações comerciais com a metrópole;

dado que o lucro era o principal objetivo, foram implementadas técnicas (hodiernamente chamadas de "plantation"), em que seus essenciais traços são: a) latifúndio; b) monocultura – aqui o Brasil destaca-se pela sua conhecida e intensiva produção de cana-de-açúcar;² c) escravidão; d) limitações à industrialização; e) produção direcionada ao mercado internacional; e f) ausência de autonomia na relação com o centro:

Entre os séculos XVI e XVIII, o processo colonizador/colonial europeu concretizou-se nas Américas, nele tendo participado várias nações européias, que disputavam a hegemonia dos mares, dos comércios e dos territórios ultramarinos, transformados em espaços vitais das suas economias de orientação mercantilista. Estas colonizações da "época moderna" caracterizam-se pela ocupação de imensos espaços marcados pela fragilidade demográfica das populações indígenas, situação que não impediu a violência extrema – até ao extermínio – dos colonizadores. A necessidade de mão-de-obra barata e abundante destinada à exploração das riquezas americanas deu origem ao desenvolvimento de um comércio de seres humanos que, durante mais de três séculos, transformou os africanos em mercadoria, desumanizando-os e escravizando-os no quadro dos sistemas escravagistas organizados pelos europeus no Novo Mundo. O tráfico negreiro constitui um dos fenômenos mais paradoxais da história dos homens: marcado pela violência desmedida de que foram alvo os africanos, não pode deixar de ser também um processo criador de novas realidades sociais, culturais e nacionais, estando na base da construção do mundo em que vivemos (HENRIQUES, 2014, p. 50).

Quanto ao povoamento, nota-se que nas chamadas colônias de escravidão dava-se sem um planejamento propriamente dito, portanto de um modo espontâneo e periódico; em síntese, podemos dizer que a exploração econômica e o desordenamento populacional caracterizam tais colônias, porém, protótipos políticos coloniais mais heterogêneos e multiformes, por exemplo, a feitoria, fora dos modelos de exploração ou ocupação, é também encontrada na literatura.

Seria Cabo Verde um caso peculiar de "colônia de povoamento" de Portugal?

"É preferível lançar uma hipótese sobre um problema para o qual não se tem resposta cabal a deixar um espaço vazio".

Disse-mo António Carreira num dia anônimo, ao cair da tarde (SILVA, 1996, p. 127).

"Esta gente de Cabo Verde é uma das grandes curiosidades do Arquipélago".
Henrique Galvão, 1944 (NETO, 2009, p. 17).

Começaremos por trazer uma rápida e sucinta contextualização histórica do arquipélago de Cabo Verde, que facilita a compreensão de análises deste artigo no sentido de entendermos os

² Cabe assinalar que houve três grandes momentos e espaços no escravagismo brasileiro: séculos XVI-XVII centrado no Nordeste e sua produção de cana-de-açúcar, tabaco, cacau etc., com Pernambuco a despontar-se como o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil colonial; século XVIII – marcado fundamentalmente pela descoberta e

meandros da constituição social, étnico-identitária e cultural da nação crioula cabo-verdiana, bem como o seu lugar no quadro do colonialismo português. O arquipélago de Cabo Verde fica situado na costa ocidental africana, aproximadamente a 500 km do continente, e foi descoberto pelos portugueses em 1460. Este é composto por dez ilhas e alguns ilhéus, sendo as ilhas divididas em dois grupos, Barlavento (de onde sopra o vento) e Sotavento (para onde sopra o vento). As ilhas do grupo barlavento são: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e as do grupo sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava:

Em alternativa a esta divisão tradicional, outras hipóteses têm sido sugeridas, dentre as quais a mais lógica preconiza a distribuição das ilhas a partir do seu posicionamento geográfico e da geomorfologia. Haveria, assim, a considerar três grupos: o Ocidental, compreendendo Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau; o Oriental, abarcando Sal, Boa Vista e Maio; e o do Sul, incluindo Santiago, Fogo e Brava (NETO, 2009, p. 73 – 74).

A história mostra que no momento da chegada dos lusitanos as ilhas eram desabitadas, portanto não havia a presença humana como geralmente aconteceu em outras paragens africanas. Cabe pontuar aqui que nem sempre é consensual essa “descoberta” do arquipélago de Cabo Verde pelos portugueses, na medida em que teses sugerem que os navegantes árabes e os habitantes de certos territórios africanos próximos já se dispunham do conhecimento dessas ilhas. Quanto ao processo de povoamento do arquipélago nota-se que o mesmo não tardou a iniciar-se, começando imediatamente após a chegada dos colonizadores portugueses. Em 1462 a ilha de Santiago começou a ser povoada e em 1466 foi a vez da ilha do Fogo. Aproximadamente quatro décadas depois deu-se o povoamento das ilhas da Boa Vista e do Maio, e em seguida as ilhas da Brava e de Santo Antão. No século XVII a ilha de São Nicolau foi povoada, a ilha de São Vicente no século XVIII (já bem no final dessa centúria), e, por último, a ilha do Sal no século XIX.

No que tange à contribuição dos povos no povoamento desse arquipélago, sabe-se que do lado europeu portugueses, espanhóis, italianos, etc. colaboraram no processo, enquanto do lado africano nota-se a presença de africanos escravizados levados da costa da Guiné³, contudo sem especificar a contribuição exata de cada grupo para este aspecto. Resultado desse encontro de povos e do processo de miscigenação, deu-se o início da divisão da sociedade em três grupos: primeiramente os colonizadores portugueses (nobres e plebeus chegados da metrópole);

exploração de ouro (entre outros minerais) em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e, por fim, o século XIX conhecido pela produção do café no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

³ Cabe recordar que a antiga costa da Guiné encerrava uma zona costeira bem mais extensa do que o atual litorâneo da Guiné-Bissau.

subsidiariamente, o grupo intermediário (negros e mestiços livres); e, por último, um terceiro, o grupo dos escravizados, grupo esse maioritário e menos importante naturalmente.

O comércio negreiro foi desde muito cedo fundamental para a economia, em que o arquipélago tinha nessa atividade um papel de *hub*, chegando mesmo a ser um hipermercado de escravizados (mas isso mais a partir dos séculos XVII/XVIII). Os escravizados eram conseguidos nas costas da Guiné, concentrados em Cabo Verde, para num momento inicial, ou seja, entre 1467-1530, serem enviados para o arquipélago da Madeira, Portugal, Canárias etc., e posteriormente com a descoberta do Novo Mundo serem deportados para o Brasil e Caribe, proporcionando assim uma nova vitalidade ao tráfico de escravizados e à escravaria. Tais fatores impulsionaram o crescimento e a pujança da cidade de Ribeira Grande (a primeira capital do país e atualmente Cidade Velha), na ilha de Santiago, de modo que já em 1533 passou a sediar a diocese de Cabo Verde (a primeira do oeste africano), enfim, a primeira circunscrição católica nos trópicos. Neste mesmo ambiente, um vasto e intrincado processo de mestiçagem começou a tornar-se realidade nas ilhas devido à mistura de diversos povos e etnias, o que levou ao surgimento de um homem novo étnico e culturalmente falando, servindo de protótipo de outras situações de mestiçagem de forma geral que a escravaria gerou, e não apenas nos então territórios coloniais lusos, notadamente Brasil e São Tomé e Príncipe:

Mas, o século XIX assinalou, também, três outros relevantes acontecimentos. Em primeiro lugar, uma nova tentativa, finalmente consumada, de ocupação da ilha de São Vicente, cujo magnífico porto natural se revelou, desde então, um ator de primeiro plano na história do arquipélago. Em segundo, a introdução da imprensa. Por fim, a criação do Seminário-liceu, em São Nicolau (NETO, 2009, p. 77).

Seguindo ainda com mais análises do mesmo autor que considero ser pertinentes, podemos observar ainda mais elementos que marcaram definitivamente a identidade desse povo ilhéu e imprimiram saltos decisórios na constituição da nação cabo-verdiana no decorrer do século XIX:

Se bem que, antes da chegada da imprensa a Cabo Verde, em 1842, já circulavam opúsculos e panfletos da lavra de políticos desavindos, a instalação do primeiro prelo no arquipélago, de par com a criação do Seminário-liceu, em São Nicolau, em 1866, imprimiu um cunho decisivo na formação da identidade crioula. Os resultados iniciais, longe de prefigurarem a assunção de um nacionalismo militante ou terem reduzido a taxa de analfabetismo para níveis inferiores aos registrados na metrópole – muito cuidadosamente fabricado no século XX -, saldaram-se, sim, na criação de uma elite letrada que, a despeito do seu nativismo e defesa intransigente do solo cabo-verdiano, não esquecia o vínculo com Portugal. De resto, a concessão da cidadania a todos os habitantes das ilhas, logo em 1822, precedendo em mais de 100 anos qualquer outra província ultramarina africana, e o secular debate acerca da atribuição do estatuto de arquipélago adjacente a Cabo Verde, mercê da proximidade

geográfica e do seu “nível cultural”, exprimiam, numa época de menosprezo pelos povos colonizados, a idéia de aí haver “civilização” (NETO, 2009, p. 79).

A ideia do trabalho é indagar a existência ou não de uma colônia de “povoamento” ou “ocupação”, ou ao menos algo que mais aproxime-se disso no contexto do colonialismo lusitano, no caso, equiparável ao arquipélago de Cabo Verde. Enfim, essa nação crioula, com todos os seus determinantes, um exemplo (ou um exemplo aproximado), um caso (particular) de “colônia de povoamento” que o português criou, considero que na passagem supracitada já podemos extrair alguns elementos portadores de alguma razoabilidade no sentido de começar a responder ou não a nossa pergunta. Sendo assim, gostaria de realçar alguns fatores e eventos expressivos assinalados por Neto (2009) e que tiveram lugar durante o século XIX, designadamente a antiga proposta de elevação de Cabo Verde à condição de arquipélago adjunto de Portugal, a atribuição do estatuto de cidadão a todos os ilhéus em 1822⁴ (antecipando as outras “províncias” do além-mar africanas em mais de um século), o surgimento da prensa em 1842, a fundação do Seminário-liceu em 1866, etc:

A ambigüidade cabo-verdiana foi produzida e alimentada pelos portugueses – até hoje. Em 1822, todos os habitantes do império colonial português foram considerados cidadãos; o estatuto do indigenato foi aplicado até aos anos 1960 em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – era indígena a maioria da população nativa, à excepção dos assimilados, que tinham de cumprir determinados requisitos como comer à mesa com garfo e faca e falar português. Porém, foi reconhecido um estatuto especial a Cabo Verde pela “maior mestiçagem e proximidade de Portugal”, e em 1947⁵ os cabo-verdianos seriam reconhecidos como cidadãos. Foram também enviados para a Guiné-Bissau para fazer parte da administração colonial. Por outro lado, assumiram o papel inverso nas roças de São Tomé e Príncipe, para onde foram fazer trabalho forçado quase até à independência. Esta é, porém, uma narrativa que tem sido bastante silenciada na história cabo-verdiana (HENRIQUES, 2016, p. 109).

A autora segue ainda na sua análise pontuando que no texto biográfico sobre Amílcar Cabral – *O fazedor de utopias* -, António Tomás mostra que “as várias administrações portuguesas nunca souberam claramente o que fazer de Cabo Verde” (HENRIQUES, 2016, p. 109).

Enquanto a Guiné, Angola e Moçambique eram inequivocamente colônias de indigenato, Cabo Verde era um caso à parte.⁶ Os seus naturais eram civilizados

⁴ Somente assinalar que a literatura parece não ser consensual nesse ponto, haja vista que Caldeira (1993), por exemplo, diria que os cabo-verdianos atingiram a condição de cidadãos lusos em 1914.

⁵ Novamente, com Henriques (2016) a indicar o ano 1947 como momento em que os cabo-verdianos tornaram-se cidadãos (lusos).

⁶ Por que tratar os negros nativos da Angola, Guiné-Bissau e Moçambique como indígenas e não os mestiços/assimilados de Cabo Verde? Talvez isso tenha acontecido à luz dessa noção que alguns analistas costumam

e o arquipélago, legalmente, estava a meio caminho entre a colônia e a região adjacente, como a Madeira e os Açores. E era mais por razões logísticas do que políticas que nunca tinha sido dotado de um estatuto semelhante ao das ilhas portuguesas do Atlântico (HENRIQUES, 2016, p. 109).

Em Thomaz (2002) observa-se que o *Estatuto do Indigenato* não foi aplicado para Cabo Verde, Estado da Índia e Macau, cujos nativos eram considerados “cidadãos”, entretanto aplicado em 1926 para Angola e Moçambique, Guiné Portuguesa em 1927, e, finalmente, em 1946 para São Tomé e Príncipe e Timor. O referido *Estatuto* viu o seu fim em 1961, momento em que os habitantes dos territórios coloniais atingiram a condição de “cidadãos lusos”.

Perante essas políticas instituídas desde alvores pela metrópole, no sentido de tornar Cabo Verde uma colônia modelo para outros territórios coloniais lusos, a preparação dos cabo-verdianos como administradores coloniais (obviamente não esquecendo-se os poderes e vantagens derivantes),⁷ a adiantada constituição de uma elite letrada, o elevado grau de miscigenação, assimilação e ocidentalização do homem arquipelágico (recordando que nesse território não constatou-se a presença humana antes da chegada dos lusitanos), e isso muito pelo papel da religião e da educação, traduzem-se em alguns dos componentes que muitas vezes levaram a diversas leituras e visões em torno de Cabo Verde como o que eventualmente pode ser de mais elevado e “civilizado” no contexto do colonialismo português, e por que não um caso (específico) de “colônia de ocupação” ou o que poderia melhor ser considerado nesse sentido.

De acordo com Varela (2013), na condição de Secretário do Reino (primeiro-ministro) do Rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (ou Conde de Oeiras 1699-1782), implementou uma reforma educacional na metrópole que não abarcava todas as colônias, mas contemplava Cabo Verde. Doravante, não obstante o histórico de Cabo Verde enquanto “aparelho administrativo”, agentes e funcionários administrativos coloniais, particularmente juristas, começaram a ser preparados para exercer funções em todas as colônias lusitanas, não apenas as africanas:

...O rumo do arquipélago de Cabo Verde no imaginário colonial português. Começa, pois, por descrever as pessimistas imagens do “cabo seco” e da “colônia mártir” – expressões ainda comuns na Primeira República -, focando a crescente valorização cultural do arquipélago, a partir dos inícios dos anos 30. Depois, apresentam-se as diferentes visões então surgidas: do “Portugal exilado no Atlântico” ao “Brasil miniatural”; da “mais esquecida das colônias” ao “arquipélago adjacente”; do “inferno das estiagens” ao “paraíso das mornas”; enfim, da “colônia mártir” à “colônia modelo” (NETO, 2009, p. 23).

apresentar de que os brancos se veem como civilizados, veem o “mulato”/moreno como bons selvagens e o preto/nativo como primitivos maus.

⁷ De acordo com a historiadora cabo-verdiana Iva Cabral (2015), Portugal pretendia que entre si e o restante das colônias a elite cabo-verdiana funcionasse como uma faixa intermediária.

Esse processo está na origem de outras das especificidades cabo-verdianas que constitui o seu papel de ‘colonizador subalterno’, ou de agente e intermediário da colonização portuguesa noutros espaços coloniais, inclusive fora do espaço africano. Seguindo a metáfora do *Próspero* e do *Caliban* utilizado por Santos para a análise do colonialismo português, é possível sustentar a asserção de que, durante o jugo colonial, o Cabo Verde colonizado assumiu muitas vezes o papel de um *Caliban prosperizado* em semelhante contraste com o colonizador português que muitas vezes foi um *Próspero calibanizado* (VARELA, 2013, p. 176 – 177).

Sendo assim, pode-se dizer que a mitologia colonial tendia a ver Cabo Verde como uma extensão de Portugal e padrão a ser seguido no além-mar:

Foi na seqüência das reformas pombalinas, nomeadamente no campo da educação, que Cabo Verde reforçou a sua condição de máquina administrativa da colonização portuguesa ao passar a formar agentes e funcionários da administração colonial que iam trabalhar noutras colônias portuguesas. Por diversas vezes, esses agentes tornaram-se figuras de proa na hierarquia da administração colonial, ocupando um significativo espaço no seio dos quadros ou chefias intermédias. No caso da Guiné, devido à grande exigüidade de funcionários portugueses, foram, efetivamente, os cabo-verdianos e seus descendentes os principais agentes ou instrumentos da colonização portuguesa (VARELA, 2013, p. 181).

Na obra organizada por Boaventura (1993), *Portugal: um retrato singular*, análises despontam no sentido de pontuar as relações seculares da metrópole com a colônia tida como modelo, Cabo Verde, que serviu de “laboratório” de convivência de pessoas, culturas, plantas, animais etc. num espaço pequeno e separado do continente africano pelo oceano atlântico.

O território de Cabo Verde abrigou em 1462 a primeira cidade colonial europeia construída nos trópicos, Ribeira Grande (atual Cidade Velha, a primeira capital do país, sede da primeira diocese da costa ocidental africana), a primeira igreja colonial do mundo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1495)⁸, santa padroeira dos homens negros, o primeiro bispado português na África (1533), a primeira imprensa das colônias em 1842 (todos na ilha de Santiago, não por acaso a primeira a ser “descoberta” e povoada, e a mais “negra” de todas como corolário de sua maior e mais antiga convivência com o infame comércio e o escravagismo), o primeiro liceu/colégio (1866) e o Seminário-Liceu da ilha de São Nicolau. A expedição de Pedro Álvares Cabral escalou em Cabo Verde (mais concretamente a ilha de São Nicolau), antes de aportar o Brasil⁹, e a ilha de Santiago acolheu os escravizados posteriormente enviados para a Europa e

⁸ Cabe recordar que a referida igreja, juntamente com o Pelourinho (1520), Fortaleza Real de São Felipe (1590), Convento de São Francisco (meados do século XVII), Sé Catedral (1555-1693) e ruínas da Igreja Nossa Senhora Imaculada da Conceição, constituem atualmente os chamados seis monumentos interligados da Cidade Velha.

⁹ Dois outros renomados navegadores europeus, o português Vasco da Gama (1497) e o genovês Cristóvão Colombo (1498), utilizaram a antiga capital Ribeira Grande como porto de escala, o primeiro na sua expedição de descoberta da via marítima para o subcontinente indiano, e o segundo na sua terceira viagem para o continente americano.

Américas. A particularidade de Cabo Verde nas relações do mundo atlântico e sua vocação multicultural resultam de seu papel/relevância nas rotas comerciais, como arquipélago estrategicamente localizado entre África, Europa e Américas:

Sabemos hoje o quanto as visões identitárias podem ser fruto de um processo de construção mais ou menos demorado no tempo, o qual passa por uma série de metamorfoses, ponderações, acertos e simplificações. No que se refere a Cabo Verde, o regime de Salazar ensaiou manter certas coordenadas ideológicas provenientes da Monarquia Constitucional e da Primeira República. Prometeu a concessão da adjacência, elogiou o elevado grau de “civilização” dos ilhéus – chegando até mesmo a apartá-los dos demais africanos – e louvou o seu papel na promoção dos outros espaços ultramarinos (NETO, 2009, p. 19 – 20).

Ainda que com poucos benefícios (reais), Cabo Verde gozava de um estatuto singular nos limiares do século XX, em comparação com outros territórios coloniais lusitanos em África:

A instrumentalização colonial dessa condição fica explícita na forma como a Coroa lidou com a reivindicação das elites locais de levar o arquipélago ao estatuto de “ilhas adjacentes”, tal como Açores e Madeira. Na sequência da criação do Código Administrativo de 1843, foi operada a organização administrativa de 1892 que permitiu às ilhas atingirem esse estatuto. No entanto, essa elevação não passou da retórica dado que nunca foi aplicado, apenas reforçando, por um lado, o estatuto de *capatazes ou algozes do império* das referidas elites (VARELA, 2013, p. 183).

A seguir nessa esteira analítica, para Varela (2013) apud Andrade (1998), é nessa etapa que o país ilhéu é transformado no centro de articulação das estratégias e arranjos então usados pelo colonialismo luso. Nota-se divergências dos autores em relação ao arquipélago, uns vendo o mesmo como “incivilizado”, outros percebendo-o europeizado; mas tudo indica que a primeira visão era mais forte, muito por conta de persistentes crises no arquipélago – estiagens, pobreza, fome, emigração, etc:

Estamos, assim, perante uma dupla e ambivalente condição do cabo-verdiano deslocado que é tanto um colonizado que, por exemplo, é recrutado para ser explorado como trabalhador nas famosas roças de S. Tomé e Príncipe nos inícios de Novecentos, como um agente “privilegiado” da colonização, categoria que, como já foi exposto, personificamos na figura de *caliban prosperizado* (VARELA, 2013, p. 183).

Com base nas percepções do publicista José Osório de Oliveira, dividem-se em três grupos os elementos que abordam os diferentes aspectos da vida insular:

Em primeiro lugar, o elevado patriotismo do cabo-verdiano e sua ligação quase umbilical à metrópole, tanto do ponto de vista da cultura, quanto do sentimento de pertença. Em segundo, uma especificidade feita de tensão, aceitação,

rejeição, e fusão dos vários contributos culturais. Por fim, uma firme crença nas potencialidades do arquipélago, sobretudo, na sua importante posição geográfica, capaz de desafiar todos os comentários acerca da insignificância econômica (NETO, 2009, p. 125).

Oliveira pontuava cinco componentes referentes à(s) particularidade(s) de Cabo Verde:

i) uma taxa de analfabetismo singularmente baixa, inferior à da metrópole; ii) a ausência de práticas animistas: “mesmo os do povo, mesmo os pretos, não andam de tanga e não adoravam os manpanços”; iii) “tendências civilizadoras”, “virtudes cívicas” e uma “educação cívica”; iv) “riquezas de folk-lore, uma poesia, uma música e uma dança dignas de serem conhecidas”; v) a morna, que encontrava no poeta Eugénio Tavares um cultor de primeira plana (NETO, 2009, p. 126).

O autor assinalou que Cabo Verde poderia ainda proporcionar um conjunto de oportunidades:

Uma “riqueza moral” capaz de compensar a “pobreza” de recursos; a urgência de intensificar a produção da indústria salineira; a necessidade de criar indústrias de pesca e de conservas de peixe; o Porto Grande de São Vicente, ponto geo-estratégico, cujas obras de melhoramento se impunham (NETO, 2009, p. 127).

José Osório de Oliveira tinha a ideia de Cabo Verde como “Brasil miniatural” enquanto Augusto Casimiro, uma visão do arquipélago como “pequeno Portugal desterrado”, contudo a ideia de ambos era tornar Cabo Verde arquipélago adjacente e depois integrá-lo ao Portugal continental.

Entre as ex-colônias portuguesas, Cabo Verde sobressai pela especial complexidade que apresenta, a especificidade do seu modelo de colonização, as condições geológicas do arquipélago, o continuado abandono por parte de Portugal, uma mestiçagem muito significativa, a procura da via da emigração (significativamente, com o seu destino primordial na América) e uma tradição de resistência ao colonialismo e sobrevivência do nacionalismo (nativismo) que propiciou o crescimento de uma identidade nacional e sustentou o movimento independentista (CALDEIRA, 1993, p. 594).

Boaventura de Sousa Santos, nas suas mais diversas reflexões, aponta a condição de perifericidade de Portugal no sistema internacional, especialmente do século XVIII em diante, em que o país opera como um centro para as suas colônias, todavia periferia do centro sistêmico/hegemônico. Entre outras razões, essa condição periférica e/ou semiperiférica, isto é, essa situação peculiar e contraditória de Portugal enquanto colonizador e colônia simultaneamente pode servir de uma das pistas para sustentarmos a nossa tese de que essa

metrópole não chegou a dispor de uma “colônia de ocupação” de fato, se calhar apenas tentativas nada mais que propositivas e *de jure*.

Considerações finais

A ideia desse tópico é apresentar os resultados da nossa pesquisa, saber se conseguimos encontrar resposta(s) para as nossas questões e se comprovamos ou não a nossa hipótese. Após a consulta da literatura disponível, leitura perscrutada da mesma e análise dos mais diversos tipos de documentos produzidos durante, após e sobre o longo e intrincado colonialismo lusitano, enfim, tentar entender as constantes portuguesas de caráter e ação como aponta Gilberto Freyre - *Aventura e rotina* (1954) - podemos dizer que não se constatou um caso real do que se costuma apelidar de “colônia de povoamento” no cenário do Império Colonial Português. Portugal (Espanha também, enfim, a colonização ibérica) não teve uma “colônia de povoamento” propriamente dita como aconteceram nos casos da Inglaterra e França, houve provavelmente o que poderíamos chamar de “colônia de povoamento” de baixa intensidade, e Cabo Verde poderia ser um caso particular disso haja vista todo o volume de arranjos formais, jurídicos e nominais da metrópole concernente a esse antigo território ultramarino, sem, no entanto existir correspondências práticas, reais e palpáveis nesse sentido, mas nem por isso queremos negligenciar alguns privilégios historicamente atribuídos.

Como demonstrei, calcado nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos, acredito que o sociólogo Odair Varela teceu interpretações interessantes ao trazer a alegoria do *Próspero* e do *Caliban*, o que vale para tentarmos entender não apenas a condição de Cabo Verde no espírito do colonialismo lusitano, mas igualmente como Portugal aparece no contexto colonial de modo geral. De ressaltar que de modo assertivo, a meu ver Varela apresenta Portugal enquanto *Próspero calibanizado* e Cabo Verde como um *Caliban prosperizado*, ou seja, diria aquele colonizador (metrópole) que não chegou ao mais elevado *status*, ser o centro da acumulação capitalista e hegemônico, e ditar as normas que regem o sistema internacional, e aquele colonizado (colônia) que apenas retórica, narrativa e discursivamente foi recheado de garantias e privilégios, mas na essência nada mais foi do que um mero território colonial, provavelmente com poucas diferenças em relação aos seus pares.

Como observamos, as mais diversas administrações coloniais portuguesas jamais souberam o que exatamente fazer com Cabo Verde, e percebe desta feita que tanto intelectuais e homens de letras cabo-verdianos como lusitanos dedicaram parte significativa de seus tempos e de suas reflexões à procura da forma assertiva de enquadrar Cabo Verde no contexto colonial luso, e também explicar a formação identitária dessa nação crioula e atlântica. Destarte,

ressaltamos novamente, por exemplo, a ideia de Augusto Casimiro do país ilhéu como “pequeno Portugal desterrado”, ou “Portugal crioulo” (grifo meu), e José Osório de Oliveira, que o via como “Brasil miniaturizado”.

O curioso é que se nota que hodiernamente procura-se ainda um espaço para Cabo Verde entre África e Europa, nesse contexto global e do processo de integração regional, discutindo não somente assuntos dessa nação mestiça e assimilada/ocidentalizada como o Estado, nação, democracia, etc., mas igualmente como situar o país no bloco econômico ocidental africano ou no espaço comunitário europeu, o que gera muitas divergências e dissensos. E aqui gostaria de parafrasear o historiador cabo-verdiano António Correia e Silva ao referir-se a esse lugar do país, em que sentencia que para os europeus (particularmente os portugueses) Cabo Verde é demasiado negro/africano para ser Europa enquanto que para a África e os africanos o arquipélago é demasiado euro/atlântico para ser África,¹⁰ o que obviamente nos deixa e nos remete novamente à natural e primordial encruzilhada de estarmos entre dois ou mais continentes, sem estarmos necessariamente em algum. Desse modo, sinto-me obrigado a concordar com aquele que foi membro do movimento Claridade e regionalista, o escritor e romancista crioulo Baltasar Lopes da Silva, quando a respeito ele diz que somos cabo-verdianos, enfim, nem europeu nem africano.

Contudo, para seguir com esse debate e proporcionar mais elementos analíticos nesse sentido, considero ser pertinente as reflexões de Isabel Caldeira no seu exercício de compreender a identidade étnica e nacional de afro-americanos e cabo-verdianos, ou seja, os dilemas enfrentados por esses dois povos, se assim podemos dizer, isto é, esses dois grupos que surgiram e constituíram-se a partir da mobilidade forçada e mistura de povos. Assim, para Caldeira,

Cabo Verde surge, no quadro das relações político-culturais entre Portugal e suas colônias, como um caso interessante, na medida em que suscita paralelos e contrastes inesperados com uma situação à partida tão díspar como é a da comunidade negra nos Estados Unidos. É que, apesar das muitas e profundas diferenças, o certo é que a comunidade cabo-verdiana e a sua cultura partilham com os negros americanos trilhos de uma busca da identidade presa a uma duplicidade de apelos: uma África que é a origem, mas que está afastada no tempo e no espaço, ou um mundo ocidental originalmente alheio, mas imponente na sua ideologia e prática política, econômica e civilizacional (CALDEIRA, 1993, p. 608).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa, Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001-2002, 3 vols.

¹⁰ Ver Henriques (2016).

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade**. Oeiras: Celta Editora, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. SP: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Elisa. **As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)**. Paris: Éditions L’Harmattan, 1996.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1998.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**. Porto Alegre, Praia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul do Brasil, Instituto Nacional de Investigação e Patrimónios Culturais de Cabo Verde, 2002.

AREIAS, Laura. **Ilhas riqueza, ilhas miséria. Uma expressão literária da insularidade num triângulo atlântico lusófono**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2002.

ARENAS, Fernando. **África lusófona: além da independência**. SP: Edusp, 2019.

BLOCH, Agata. **Cabo Verde: o paraíso do Atlântico colonial**. Porto Alegre, RS: Fi, 2019.

BOXER, Carl. **Relações raciais no império colonial português (1415-1825)**. Porto: Afrontamento, 1977.

BOXER, Carl. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **A construção da identidade nacional. Análise da imprensa entre 1877 e 1975**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

CABRAL, Iva. **A primeira elite colonial atlântica: dos “homens honrados brancos” de Santiago à “nobreza da terra” (finais do século XV – início do século XVII)**. Tese (doutorado). Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2013.

CALDEIRA, Isabel. O Afro-americano e o cabo-verdiano: identidade étnica e identidade nacional. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Portugal: um retrato singular**. Porto: Afrontamento, 1993, p. 593-628.

CARREIRA, António. **Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000.

CASIMIRO, Augusto. **Ilhas crioulas**. Lisboa: Editorial Cosmos, 1935.

CASIMIRO, Augusto. **Portugal crioulo**. Lisboa: Editorial Cosmos, 1940.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1999.

- CERRONE, Frederico. **Cabo Verde, cruzamento do Atlântico Sul**. Mindelo: Edição Rádio Nova, 1998.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. **O terceiro império português (1825-1975)**. Lisboa: Teorema, 1990.
- COHEN, Zelinda. **Os filhos da folha: Cabo Verde – séculos XV-XVIII**. Praia: Spleen Edições, 2007.
- CORREIA, António Mendes. **Os mestiços nas colônias portuguesas. Comunicação ao Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial**. Porto: Edição da 1 Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- CORREIA, António Mendes. **O mestiçamento nas colônias portuguesas**. Comunicação apresentada ao Congresso Colonial. Lisboa: 1940.
- CORREIA, António Mendes. **Raças do Império**. Porto: Portucalense Editora, 1943.
- CORREIA, António Mendes. **Ultramar português**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1954, vol. II – Ilhas de Cabo Verde.
- DAVIDSON, Basil. **As ilhas afortunadas. Um estudo sobre a África em transformação**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- DAVIDSON, Basil. **Os africanos: uma introdução à sua história cultural**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. [6. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. Lisboa: s/e, 1957.
- FERREIRA, Manuel. **No reino de Caliban I. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa**. Amadora: Plátano Editora, 1997.
- FERREIRA, Manuel. **A aventura crioula ou Cabo Verde – uma síntese cultural e étnica**. Lisboa: Plátano Editora, 1973 [1967].
- FERREIRA, Manuel. “Do regionalismo cabo-verdiano. In: **Ocidente**, Lisboa, 1962, vol. LXIII, p. 163-183.
- FERREIRA, Manuel. “Consciência Literária cabo-verdiana. Quatro gerações: Claridade – Certeza – Suplemento Literário – Boletim do Liceu Gil Eanes”. In: **Estudos Ultramarinos. Revista Trimestral do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos**, Lisboa, nº 3, p. 31-53, 1959.
- FERRO, Marc. **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERRONHA, António Luís (coord.). **O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

FIGUEIREDO, Isabela. **Cuaderno de memorias coloniales**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2016.

FILHO, João Lopes. **Cabo Verde. Subsídios para um levantamento cultural**. Lisboa: Plátano, 1982.

FREIRE, Maria da Graça. **Portugueses e negritude**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1971.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

FREYRE, Gilberto. "Palavras de Gilberto Freyre". **Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação**, Praia, novembro de 1951, n° 26, p. 1.

FREYRE, Gilberto. "Um brasileiro em Cabo Verde". In: **Notícias de Cabo Verde**, São Vicente, abril de 1953, n° 277, p. 2.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina**. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FURTADO, Cláudio Alves. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde**. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1993.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colónia, colonização, colonial, colonialismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 45-58.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Lisboa: Tinta da China, 2016.

HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. **Os filhos da terra do sol**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999-2002, 2 vols.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. **A mestiçagem**. Lisboa: Instituto Piaget, s. d.

LARANJEIRA, José Luís Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Mário. **Apontamentos para a história das ilhas de Cabo Verde**. 1937.

LOPES, Baltasar. “Regionalismo e nativismo”. In: **Notícias de Cabo Verde**. São Vicente, março de 1931, n° 1, p. 6.

LOPES, Baltasar. **Cabo Verde visto por Gilberto Freyre**. Praia: Imprensa Nacional, 1956.

MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 31-44.

MARIANO, Gabriel. A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana. In **Suplemento Literário n° 1 de Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação**, Praia, outubro de 1958, n° 109, p. 11-24.

MARTINS, Mônica Dias (organizadora). **Defesa dos povos do Atlântico Sul**. Fortaleza: ed. UECE, 2017.

MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos (org.). **Luso-tropicalismo. Uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega, 2000.

NETO, Sérgio. **Colônia mártir, colônia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

NETO, Sérgio. Insularidade, idiosincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Orgs). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismo em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 181-192.

NETO, Sérgio. Cabo-verdianidade e luso-tropicalismo. Duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo. In: **Estudos do Século XX**. Coimbra: Quarteto, n° 3, p. 289-321, 2003.

OLIVEIRA, João Nobre de. **A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)**. Macau: Fundação Macau, 2002.

OLIVEIRA, José Osório de. “As ilhas adjacentes de Cabo Verde I”. In: **Seara Nova**, 28 de junho de 1928, n° 123.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sonho-realidade do império colonial português. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 11(1), p. 195-200, jan.-abr. 2004.

PEREIRA, Carlos Lopes. **Alguns aspectos da resistência cabo-verdiana através de meio século de imprensa (1911-1961)**. Lisboa: Departamento de História da Universidade de Lisboa, 1985.

PEREIRA, Daniel A. **Marcos cronológicos da Cidade Velha**. Praia: IBNL, 2009.

PEREIRA, Daniel A. **Das relações históricas Cabo Verde - Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUERIDO, Jorge. **Um demorado olhar sobre Cabo Verde: o país, sua gênese, seu percurso, suas certezas e ambigüidades**. Lisboa: Chiado Ed., 2012.

READER, John. **África. Biografia de um continente**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

RESENDE, Taciana Almeida Garrido de. **“Isso não é África, é Cabo Verde”: o movimento claridoso e a busca por uma identidade crioula (1931-1960)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Portugal: um retrato singular**. Porto: Afrontamento, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz; SOARES, Maria João (Orgs). **História concisa de Cabo Verde**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007.

SILVA, António Leão Correia e. **Histórias de um Sahel insular**. Praia: Spleen-Edições, 1996.

SILVEIRA, Onésimo. **Consciencialização na literatura cabo-verdiana**. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1963.

SAÏD, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Lusitanidade e negritude**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1975.

SILVA, António Duarte. **O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)**. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019.

SILVESTRE, Osvaldo. A aventura crioula revisitada. Versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira. In: BUESCU, Helena Carvalhão; SANCHES, Manuela Ribeiro. **Literatura e viagens pós-coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 63-103.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora da UFRJ: FAPESP, 2002.

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. Lisboa: Tinta da China, 2007.

VARELA, Odair Bartolomeu. Cabo Verde: a máquina burocrática estatal da modernidade (1614-1990). In: SARMENTO, Cristina Montalvão; COSTA, Suzano (Orgs.). **Entre África e a Europa: nação, Estado e democracia em Cabo Verde**. Coimbra: Almedina, 2013, p. 173-208.

VEIGA, Manuel (coord.). **Cabo Verde. Insularidade e literatura**. Paris: Éditions Karthala, 1998.

Outras fontes

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde
Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Associação Brasileira de Estudos Africanos
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
Cadernos de Estudos Africanos
Centro de Estudos Africanos (UFMG)
Centro de Estudos Africanos (USP)
Centro de Estudos Afro-Orientais (UFBA)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Instituto de História Contemporânea
Revista de Estudos Cabo-verdianos

Sites

<https://www.abpn.org.br/biblioteca-virtual>
<https://acervo.publico.pt/racismo-em-portugues>
<http://www.acl.cv/>
<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/>
<http://searanova.publ.pt/>
<https://www.wikipedia.org/>

Filmes, documentários, reportagens etc.

Reportagem: Independência e morte: a África portuguesa. Cfr:
https://www.youtube.com/watch?v=GywWEuEOY_k. Acesso em: 23/05/2021.

Recebido em: 12/02/2022
Aprovado em: 07/08/2022